CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Dos Srs. Carlos Sampaio, Bruno Araújo e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, as consequências e os responsáveis pela atual desestruturação do setor elétrico resultante das alterações no marco regulatório a partir de 2004 e agravada a partir de 2012.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e dos arts. 35, 36 e 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 25 membros e igual número de suplentes, para investigar, no prazo de até 120 dias, prorrogáveis por 60 dias, as causas, as consequências e os responsáveis pela atual desestruturação do setor elétrico resultante das alterações no marco regulatório a partir de 2004 e agravada a partir de 2012.

A desestruturação se configura pela falência da Eletrobrás, pela descapitalização e incapacidade de investimento e manutenção das instalações das concessionárias que aderiram às mudanças impostas pela Presidente da República em 2012, pela necessidade de o Tesouro Nacional subsidiar de forma sistemática essas empresas e

pelo aumento exponencial nas contas de luz aos consumidores.

As despesas dos trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

A atual desestruturação do setor elétrico ficou evidente no apagão ocorrido no dia 19 de janeiro de 2015. Nesse dia, uma queda no fornecimento de energia elétrica provocou um apagão em 11 estados e no Distrito Federal, prejudicando mais de 4,2 milhões de pessoas.

No entanto, esse apagão é apenas o sintoma mais evidente da atual desestruturação do setor elétrico.

Essa desestruturação, que começou com as alterações no marco regulatório impostas pela então Ministra de Minas e Energia em 2004, se configura pela falência da Eletrobrás, pela descapitalização e incapacidade de investimento e manutenção das instalações das concessionárias que aderiram às mudanças impostas pela Presidente da República em 2012, e pela necessidade de o Tesouro Nacional subsidiar de forma sistemática essas empresas. Para coroar a crise, a partir de agora o Tesouro já não vai mais financiar as empresas que aderiram ao plano do governo, razão pela qual essas empresas começarão a repassar os custos da crise para os consumidores, levando a aumentos estratosféricos nas contas de energia pagas pelas famílias e pelas empresas.

Além dessa crise de desestruturação e aumento de custos, há um consenso entre os especialistas de que o setor elétrico enfrenta uma perspectiva real de colapso que pode levar a cortes de fornecimento com impacto prejudicial incalculável para famílias e empresas, podendo resultar em perda de poder aquisitivo, desemprego, crescimento econômico negativo e, até, fechamento de empresas.

Tudo isso ocorre como resultado de uma gestão assustadoramente desastrada da regulação do setor elétrico, coroada por uma intervenção direta da Presidente da República no setor. A desestruturação do setor e as possíveis consequências sistêmicas foram geradas no seio do Poder Executivo.

Em outras palavras, ao invés de o clima criar um problema que, todos esperamos, seria resolvido pelo Governo, o Governo criou um problema e esperou que o clima o resolvesse. É o que passamos a demonstrar.

Em 2004, o Governo Federal decidiu alterar a legislação que regulava o setor elétrico no Brasil, promulgando a Lei 10.848/2004. Naquele ano, a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, resolveu criar um marco regulatório transferindo competências da agência reguladora setorial, a ANEEL, para o Ministério de Minas e Energia.

Essa alteração aumentou consideravelmente as intervenções políticas na gestão do setor elétrico, na medida em que a ANEEL, que realizava uma regulação técnica do setor, passou a submeter-se às decisões políticas vindas do Poder Executivo, notadamente do Ministério de Minas e Energia.

Entre as decisões que passaram a ser impostas pela então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, está a intervenção nos preços praticados pelas concessionárias do setor.

Por decisão da Ministra Dilma Rousseff, as empresas foram forçadas a reduzir os preços da energia elétrica a valores tão baixos que impactaram negativamente na capacidade de funcionamento e investimento das concessionárias.

Ao longo do tempo, a política imposta pelo governo a partir de 2004 foi deteriorando cada vez mais o setor, o que, seguramente, teve e tem impacto sobre os problemas que o setor hoje enfrenta.

Em 2012, quando já havia sinais evidentes de problemas na geração e distribuição de energia elétrica, a Sra. Dilma Rousseff,

agora já como Presidente da República, tomou mais uma decisão na mesma linha, e que agravou consideravelmente a desestruturação do setor[1].

Àquela época, quando já era possível saber que medidas de compressão do consumo e/ou de aumento da geração seriam necessárias no médio prazo, tomou medidas para incentivar o consumo e comprimir a geração de energia elétrica.

Com efeito, em 11 de setembro de 2012, a Presidente da República editou a Medida Provisória nº 579, por meio da qual o Governo Federal se autorizou a adiantar o processo de renovação das concessões do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica sem licitação (art. 1º, 6º e 8º, da MP 579).

A condição para que as concessionárias tivessem suas delegações renovadas pelo período de mais 30 anos era que todas praticassem uma tarifa reduzida imposta pelo Governo Federal.

No dia 07 de setembro de 2012, a Presidente da República convocou cadeia nacional de rádio e televisão para fazer o seguinte pronunciamento:

> Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
> Com especial alegria, escolhi esta véspera do 7 de Setembro para dar uma excelente notícia a todos vocês. Estou aqui esta noite para dizer que o Brasil, depois de conseguir retirar 40 milhões de brasileiros da pobreza e se transformar na sexta maior economia do mundo, prepara-se para dar um novo salto – e para crescer mais e melhor.
> Não se surpreendam que esta nova arrancada se dê no mesmo momento em que o mundo se debate em um mar de incertezas. Isso não ocorre por acaso.
> Ao contrário de outros países, o Brasil criou, nos últimos anos, um modelo de desenvolvimento inédito, baseado no

[1] Ver, por exemplo, o seguinte artigo http://www.valor.com.br/opiniao/3624434/tempos-ruins-e-saidas-dificeis-para-o-setor-eletrico

crescimento com estabilidade, no equilíbrio fiscal e na distribuição de renda.

Este modelo produziu efeitos tão poderosos na economia – e na vida das pessoas – que nem mesmo a maior crise financeira da história conseguiu nos abalar fortemente.

Como a maioria dos países, tivemos uma redução temporária no índice de crescimento. Mas já temos as condições objetivas, agora, para iniciar este novo e decisivo salto, cujos primeiros efeitos já serão percebidos no próximo ano e que vão se ampliar fortemente nos anos seguintes.

Uma coincidência me deixa feliz: ser justamente em setembro, mês da primavera e da Independência, o momento em que estamos a plantar as novas bases desse ciclo de desenvolvimento. Porque ele vai alargar bastante o caminho de afirmação e independência que nosso país vem construindo, com muita garra, nos últimos dez anos.

Minhas amigas e meus amigos,

O nosso bem-sucedido modelo de desenvolvimento tem se apoiado em três palavrinhas mágicas: estabilidade, crescimento e inclusão.

Com elas, o Brasil tem conseguido crescer e, ao mesmo tempo, distribuir renda. Tem conseguido, como poucos países no mundo, reduzir a desigualdade entre as pessoas e entre as regiões.

Para tornar nosso modelo mais vigoroso e abrir este novo ciclo de desenvolvimento, vamos, a partir de agora, incorporar uma nova palavra a este tripé. A palavra é competitividade.

Na verdade, é mais que uma nova palavra: é um novo conceito, uma nova atitude. Uma forma simples de definir competitividade é dizer que ela significa baixar custos de produção e baixar preços de produtos para gerar emprego e gerar renda.

Mas para chegar aí é preciso melhorar a infraestrutura, avançar na produção de tecnologia e aprimorar os vários níveis de

educação, saber e conhecimento.

Portanto, para ser competitivo, um país precisa de tudo isso.

É deste conjunto de atributos que o Brasil necessita para aperfeiçoar e consolidar nosso modelo de desenvolvimento.

Por isso, estamos lançando um conjunto de medidas que irão baixar o custo da nossa energia e do nosso transporte, e reforçar, com vigor, a capacidade de investimento do nosso país.

De forma simultânea, criamos – e estamos a ampliar – as condições para baixar juros, diminuir impostos e equilibrar o câmbio.

Este novo ciclo que agora se inicia não é fruto de nenhuma mágica. É a evolução dos bons resultados que conseguimos até aqui e uma necessidade imperiosa para podermos continuar crescendo e distribuindo renda.

Já somos o país que tem a melhor tecnologia social do mundo e nossos instrumentos de política social são copiados em dezenas de países.

Estamos, agora, lançando as bases concretas para sermos, no médio e no longo prazo, um dos países com melhor infraestrutura, com melhor tecnologia industrial, melhor eficiência produtiva e menor custo de produção.

Minhas amigas e meus amigos,

Na próxima terça-feira vamos dar um importante passo nesta direção. **Vou ter o prazer de anunciar a mais forte redução de que se tem notícia, neste país, nas tarifas de energia elétrica das indústrias e dos consumidores domésticos**. A medida vai entrar em vigor no início de 2013.

A partir daí todos os consumidores terão sua tarifa de energia elétrica reduzida, ou seja, sua conta de luz vai ficar mais barata. Os consumidores residenciais terão uma redução média de 16,2%. A redução para o setor produtivo vai chegar a 28%, porque neste setor os custos de distribuição são menores, já que opera na alta tensão.

Esta queda no custo da energia elétrica tornará o setor produtivo ainda mais competitivo.

Os ganhos, sem dúvida, serão usados tanto para redução de preços para o consumidor brasileiro, como para os produtos de exportação, o que vai abrir mais mercados, dentro e fora do país.

A redução da tarifa de energia elétrica vai ajudar também, de forma especial, as indústrias que estejam em dificuldades, evitando as demissões de empregados.

Minhas amigas e meus amigos,

A redução do custo da energia elétrica não é a única importante decisão que estamos tomando para baixar o custo de produção e, por consequência, aumentar o emprego e diminuir o preço dos produtos brasileiros.

Também acabamos de assinar um conjunto de medidas que vai provocar, no médio e no longo prazo, uma verdadeira revolução no setor de transportes no nosso país.

Criamos a Empresa de Planejamento e Logística que, em parceria com a iniciativa privada, vai promover uma completa reformulação no setor de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Além de restabelecer a capacidade de planejamento do sistema de transporte, o novo modelo vai promover a integração e acelerar a construção e modernização de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos.

Para que vocês tenham uma ideia, vamos investir 133 bilhões de reais em rodovias e ferrovias. Isso significa ampliação e melhorias em 10 mil quilômetros de ferrovias e quase 8 mil quilômetros de rodovias.

Este plano significa, também, um novo tipo de parceria entre o poder público e a iniciativa privada, que trará benefícios para todos os setores da economia e para todo o povo brasileiro.

Ao contrário do antigo e questionável modelo de privatização de ferrovias, que torrou patrimônio público para pagar dívida, e

ainda terminou por gerar monopólios, privilégios, frete elevado e baixa eficiência, o nosso sistema de concessão vai reforçar o poder regulador do Estado para garantir qualidade, acabar com os monopólios, e assegurar o mais baixo custo de frete possível.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Um novo ciclo de desenvolvimento só se inicia com mudanças na economia e na forma de gestão, e fazendo avançar a inclusão social. É isso que temos feito nos últimos tempos.

Revigoramos os fundamentos da nossa política econômica exitosa, mas, ao mesmo tempo, iniciamos uma mudança estrutural que tem, como sustentação, uma taxa de juros baixa, o câmbio competitivo e a redução da carga tributária.

Estamos conseguindo, por exemplo, uma marcha inédita de redução constante e vigorosa nos juros, que fez a Selic baixar para cerca de 2% ao ano, em termos reais. E fez a taxa de juros de longo prazo cair para menos de 1% ao ano, também em termos reais. Isso me alegra, mas confesso que ainda não estou satisfeita. Porque os bancos, as financeiras e, de forma muito especial, os cartões de crédito podem reduzir, ainda mais, as taxas cobradas ao consumidor final, diminuindo para níveis civilizados seus ganhos.

Sei que não é uma luta fácil. Mas garanto a vocês que não descansarei enquanto não vir isso se tornar realidade. Como também não descansarei na busca de novas formas para diminuir impostos e tarifas sem causar desequilíbrio às contas públicas, e, notadamente, sem trazer prejuízos a nossa política social.

E quero ressaltar que estou disposta a abrir um amplo diálogo com todas as forças políticas e produtivas para aprimorarmos o nosso sistema tributário.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O Brasil, mais que nunca, tem um presente próspero e excelentes perspectivas para o futuro. Estamos conseguindo

> isso graças ao talento, ao esforço e à coragem de todos vocês. Também porque o governo tem agido certo e na hora certa.
> O nosso governo está preocupado, mais que nunca, com a garantia do emprego e o ganho salarial do trabalhador. A prova disso é que, ao contrário da maioria dos países do mundo, aqui não houve desemprego nem perda de direitos dos trabalhadores. E somos um dos países, um dos poucos países do mundo, onde houve ganho real de salários.
> Entre outras medidas, estamos incentivando o emprego por meio da diminuição dos impostos sobre a folha de pagamento das empresas.
> Existe uma coisa mais importante que tudo: aumentamos, a cada dia, a fé e o orgulho no nosso querido Brasil.
> Somos, cada vez mais, um país que olha para o presente e para o futuro com um mesmo olhar de alegria, conforto e esperança.
> Viva o Sete de Setembro!
> Viva o Brasil!
> Viva o povo brasileiro!
> Obrigada e boa noite[2]. (destacamos)

A viabilidade da redução foi imediatamente questionada. Em um cenário de estrangulamento da geração e da transmissão de energia, que já se anunciava crítico, a medida não só não solucionava o problema, como o piorava, pela indução do consumo de um bem já escasso.

A partir dali, a desestruturação do setor elétrico começou a virar crise e sucateamento.

Primeiro, a incerteza e a insegurança jurídica geradas pelas intervenções voluntariosas da então Ministra de Minas e Energia, e agora Presidente da República, atingiram em cheio as perspectivas de investimento.

---

[2] Disponível em http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasiao-do-sete-de-setembro

Segundo, a MP 579 gerou um aumento da demanda por energia que acabou por sobrecarregar o já quase esgotado sistema de geração e transmissão, levando à necessidade de manter as usinas térmicas a gás e a óleo em pleno funcionamento.

Terceiro, o funcionamento permanente das usinas termelétricas gerou custos altíssimos, incompatíveis com o baixo preço imposto pelo ato voluntarioso da Presidente da República.

Quarto, os custos da geração termelétrica de energia fez com que a medida da Presidente da República encarecesse a energia, ao invés de barateá-la.

Quinto, para manter sua posição insustentável, a Presidente da República determinou que se utilizassem recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar a energia, esvaziando, assim, um dos mais importantes instrumentos de investimento em fontes alternativas de energia.

Finalmente, o setor elétrico como um todo foi contaminado pela dependência produzida pela política desastrada e irrealista da Presidente da República. Assim, um setor outrora autofinanciado, tornou-se cronicamente inviável, caro, sem investimento, deficitário e permanentemente dependente de ajuda do setor público.

Em poucas palavras, a atual Presidente da República sucateou o setor elétrico brasileiro por meio de medidas equivocadas ou simplesmente irresponsáveis, a partir de 2004.

Esse cenário de sucateamento, que já previsível, senão conhecido em 2012, foi agravado com a MP 579, imposta pela própria Presidente da República.

Apesar de saber dos riscos, a Presidente da República manteve o curso de sua desastrosa política iniciada em 2004, impondo mais uma redução artificial de preços em 2012.

Registre-se que, para conseguir agravar o desastre que já tinha começado a provocar no setor elétrico, a Presidente da República impôs ao Congresso Nacional, através de sua base, uma escandalosa

afronta à Constituição Federal.

É que a autorização para desviar recursos da CDE para subsidiar a redução do preço da energia foi feita por meio da Medida Provisória nº 605, de 2013, que perdeu vigência por decurso de prazo.

Apesar disso, e da disposição constitucional que veda a reapresentação de proposição rejeitada pelo Congresso Nacional na mesma sessão legislativa (art. 67, da CF), a Presidente da República reapresentou a proposição na MP 609, na mesma sessão legislativa.

Foi com a MP 609, inconstitucional, que a Presidente começou a usar recursos da CDE, originalmente destinados principalmente a investimentos em geração de energia alternativa.

Assim, além de estimular o consumo e desestimular o financiamento autônomo e o investimento privado no setor, a Presidente desviou dinheiro do investimento público para o financiamento do consumo, num dos atentados mais criminosos já cometidos contra os serviços públicos no Brasil.

As decisões desastrosas tomadas pela Presidente da República desde setembro de 2012 estão até hoje repercutindo no serviço público essencial de geração, transmissão e distribuição de energia.

A CDE está com um saldo negativo de aproximadamente R$ 23 bilhões[3]. Os prejuízos acumulados pelo setor já gravitam em torno de R$ 105 bilhões[4].

Em 2014, o país escapou por pouco de um racionamento. Em 2015, tudo indica que não escapará.

Apesar disso, a Presidente da República se recusa a governar o problema criado por ela mesma. Ela se omite de forma criminosa e insiste na sua política de sucateamento de um setor até então autônomo.

---

[3] http://www.valor.com.br/brasil/3880812/novo-saldo-da-cde-deve-ser-menor-que-r-23-bi-diz-diretor-da-aneel

[4] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1542896-crise-do-setor-eletrico-custou-r-105-bi.shtml

É urgente que o Congresso Nacional tome as providências necessárias para, usando de seus poderes legislativos e de fiscalização (art. 48 e 49, da CF), intervir na gestão do setor, seja através da edição de normas que impeçam e corrijam o voluntarismo incompetente da Presidente da República, seja investigando quem seriam os responsáveis por esses prejuízos financeiros e de falta de serviço público.

Para que a intervenção do Congresso Nacional no problema tenha êxito, é fundamental que o Parlamento colha todos os elementos de prova e instrua-se profundamente sobre a gênese da atual crise no setor elétrico, sobre os responsáveis, sobre as formas como o desastre se processou, sobre as eventuais falhas na atual legislação, sobre as eventuais omissões e intransparências da ANEEL, do ONS e do Ministério de Minas e Energia.

É para esse fim que solicitamos a criação da CPI ora requerida.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

Deputado Carlos Sampaio
PSDB/SP

Deputado Bruno Araújo
PSDB/PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, as consequências e os responsáveis pela atual desestruturação do setor elétrico resultante das alterações no marco regulatório a partir de 2004 e agravada a partir de 2012.

DEPUTADO	GAB.	ASSINATURA